

A advertência de Funaro

GAZETA MERCANTIL

por Paulo Sotero
de Washington

10 ABR 1986

Síndica Ext

No mais contundente pronunciamento feito por um representante brasileiro num foro econômico internacional, nos últimos dias, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, afirmou ontem na reunião do comitê interino do Fundo Monetário Internacional (FMI), em Washington, que os mecanismos até agora empregados para administrar o problema da dívida externa dos países em desenvolvimento, "embora (tenham sido) úteis para assegurar a imediata sobrevivência do sistema e dos seus principais agentes financeiros, pouco contribuíram para solucionar os problemas básicos existentes e estão esgotados".

"Em vez de (continuar) administrar a crise, o que precisamos é adotar medidas para sair dela", pregou Funaro. "A insistência em remédios inapropriados está prejudicando o esforço de ajustamento dos países

devedores. Exemplo disso é a exigência ritual de um acordo com o Fundo Monetário Internacional para a renegociação da dívida com o Clube de Paris, quer o país tenha ou não necessidade de tal acordo."

O Brasil tentará, na próxima semana, reabrir negociações com o Clube de Paris sem o FMI. A julgar pelo comunicado do Grupo dos 10, distribuído ontem antes da reunião do comitê interino, o Brasil receberá uma resposta negativa.

Representantes de países industrializados evitaram comentar ontem o discurso do ministro da Fazenda. Ouvido por este jornal, Karl Otto Poehl, presidente do banco central da Alemanha Federal, disse que não notara nada de novo no discurso. David Mulford, secretário adjunto do Tesouro dos EUA, encarregado de assuntos internacionais, afirmou que não havia lido o discurso.

Os 22 países representados no comitê interino —

onze industrializados e onze em desenvolvimento — continuaram as discussões na tarde e na noite de ontem. Eles concluirão sua reunião na manhã de hoje. O comunicado da reunião será o primeiro termômetro para avaliar se a pregação de Funaro causou algum impacto entre seus destinatários — os países industrializados, que dominam o FMI.

O ministro da Fazenda foi incisivo ao avaliar a atitude adotada pelos governos desses países diante da crise. Ele denunciou, por exemplo, "a reação simplesmente nula" das nações credoras diante das propostas de ação. "Inovadoras e de visão ampla, mas também realistas e racionais", que os países em desenvolvimento vêm elaborando ao longo dos últimos anos. "Os países desenvolvidos parecem efetivamente dispostos a esperar que a situação se torne muito pior do que já é, para então dar alguma atenção às advertências que têm si-

do feitas sobre a fragilidade do sistema."

Esses países, na opinião do ministro, estão assumindo um risco cada vez maior, ao observar passivamente a deterioração da situação financeira mundial e sancionar a aplicação de modelos desgastados, que apenas agravam a crise e fomentam a instabilidade.

Funaro denunciou, ainda, a noção "de que os países devedores são remissos". Por causa das taxas de juros historicamente altas que existem desde 1980, lembrou ele, o Brasil está pagando em juros, a cada sete anos, o equivalente à totalidade do principal da dívida. "É preciso acabar também com a desinformação de qualificar qualquer esforço conjunto (da parte dos países endividados) como um cartel de devedores, enquanto o que se verifica é o funcionamento ostensivo de um cartel de credores."

No mesmo tom, Funaro disse que, se os líderes dos países devedores têm uma pesada responsabilidade, o mesmo deve ser dito dos líderes dos principais países credores. "Tal como deflagram a crise através do aumento explosivo de suas taxas de juros, está agora em suas mãos fazê-lo retroceder. Que o façam imediatamente." Para o Brasil, acrescentou o ministro, "são os credores que devem agora ao mundo uma atitude responsável que devolva ao sistema financeiro sua função normal, a de financiar os países deficitários com recursos dos países superavitários, a taxas remunerativas, mas não proibitivas".